

A educação inclusiva no contexto docente do cenário amazônico

Education in the teaching context of the Amazon scenario

La educación inclusiva en el contexto docente del escenario amazónico

Recebido: 30/08/2023 | Revisado: 12/09/2023 | Aceitado: 13/09/2023 | Publicado: 15/09/2023

Ramiro Antônio de Aquino Santos

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5934-7856>

Centro Universitário Leonardo da Vinci, Brasil

E-mail: entonybrawn@hotmail.com

Resumo

Este estudo aborda a Educação Especial Inclusiva, uma modalidade educacional que busca a inclusão de alunos com necessidades especiais, preferencialmente no ensino regular, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. O estudo também destaca os desafios enfrentados pelos professores na sala de aula inclusiva, destacando a importância de novas abordagens de ensino e um olhar diferenciado para atuar nesse contexto. A legislação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem sido crucial para avançar na educação inclusiva. No entanto, estudos apontam retrocessos em anos anteriores, mas destaca o retorno de políticas de inclusão com a nova gestão governamental em 2023. O objetivo deste estudo é debater a educação do surdo e a inclusão dos ouvintes no contexto escolar, com foco na inclusão efetiva de Libras nas escolas públicas de Manaus. A metodologia da pesquisa envolveu abordagem qualitativa e bibliográfica, incluindo observações em sala de aula. Os dados foram coletados junto à Secretaria Municipal de Educação e professores de Libras. A pesquisa foi conduzida no Município de Manaus, Amazonas, onde se observou a necessidade de maior qualificação dos profissionais em Libras para garantir a inclusão efetiva dos alunos surdos. A pesquisa conclui que ainda há desafios a serem superados na educação inclusiva em Manaus, especialmente na formação de profissionais em Libras. A inclusão dos ouvintes nas escolas regulares, com ensino de Libras, é vista como uma forma de promover a interação plena entre os alunos surdos e ouvintes, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Ensino; Educação especial; Inclusão.

Abstract

This study addresses Inclusive Special Education, an educational modality that seeks the inclusion of students with special needs, preferably in regular education, from Early Childhood Education to Higher Education. The study also highlights the challenges faced by teachers in the inclusive classroom, highlighting the importance of new teaching approaches and a different perspective when working in this context. Brazilian legislation, such as the National Education Guidelines and Bases Law, has been crucial to advancing inclusive education. However, studies point to setbacks in previous years, but highlight the return of inclusion policies with the new government management in 2023. The objective of this study is to debate the education of deaf people and the inclusion of hearing people in the school context, with a focus on effective inclusion of Libras in public schools in Manaus. The research methodology involved a qualitative and bibliographic approach, including classroom observations. The data was collected from the Municipal Department of Education and Libras teachers. The research was conducted in the Municipality of Manaus, Amazonas, where the need for greater qualification of professionals in Libras was observed to guarantee the effective inclusion of deaf students. The research concludes that there are still challenges to be overcome in inclusive education in Manaus, especially in the training of professionals in Libras. The inclusion of hearing people in regular schools, with Libras teaching, is seen as a way of promoting full interaction between deaf and hearing students, contributing to a more fair and egalitarian society.

Keywords: Teaching; Special education; Inclusion.

Resumen

Este estudio aborda la Educación Especial Inclusiva, modalidad educativa que busca la inclusión del alumnado con necesidades especiales, preferentemente en la educación regular, desde la Educación Infantil hasta la Educación Superior. El estudio también destaca los desafíos que enfrentan los docentes en el aula inclusiva, destacando la importancia de nuevos enfoques pedagógicos y una perspectiva diferente a la hora de trabajar en este contexto. La legislación brasileña, como la Ley de Bases y Directrices Nacionales de Educación, ha sido crucial para avanzar en la educación inclusiva. Sin embargo, los estudios apuntan a retrocesos en años anteriores, pero destacan el retorno de las políticas de inclusión con la nueva gestión gubernamental en 2023. El objetivo de este estudio es debatir la educación de las personas sordas y la inclusión de las personas oyentes en el contexto escolar, con un enfoque en la inclusión efectiva de Libras en las escuelas públicas de Manaus. La metodología de investigación implicó un enfoque cualitativo y bibliográfico, incluyendo observaciones de aula. Los datos fueron recolectados de la Secretaría

Municipal de Educación y de los docentes de Libras. La investigación se realizó en el Municipio de Manaus, Amazonas, donde se observó la necesidad de una mayor calificación de los profesionales de Libras para garantizar la inclusión efectiva de los estudiantes sordos. La investigación concluye que aún quedan desafíos por superar en la educación inclusiva en Manaus, especialmente en la formación de profesionales en Libras. La inclusión de personas oyentes en las escuelas regulares, con la enseñanza de Libras, se ve como una forma de promover la interacción plena entre estudiantes sordos y oyentes, contribuyendo a una sociedad más justa e igualitaria.

Palabras clave: Enseñanza; Educación especial; Inclusión.

1. Introdução

De acordo com (Adams, et al. 2020) a Educação Especial é uma modalidade de educação, que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, e diante dessa colocação, surge o interesse em aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos sobre esse tema “O papel do professor na Educação Especial Inclusiva” surgiu em virtude de os professores terem observado nas escolas públicas de Manaus a necessidade da participação de todos os alunos ouvintes e não ouvintes no processo de inclusão a Libras, pois não basta somente o surdo saber a língua de sinais, é preciso que os não surdo também aprenda para poder se socializar entre os não ouvintes (surdos) e os ouvintes (não surdo), bem como todo o corpo docente e demais funcionários da escola. Dessa forma, a inclusão ocorreria de fato, não só no contexto educacional, mas também social.

(Silva, et al. 2019) contribui nesse contexto, abordando os desafios encontrados em sala de aula:

Perante isso a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência no ambiente escolar tornou-se um grande desafio para os professores, pois esse processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais requer a construção de novas propostas de ensino, e uma atuação dos mesmos com um olhar diferente em sala de aula, sendo o agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem. (Silva et al. p. 3, 2019)

De acordo com (Moreira, et al. 2022) a ideia da inclusão evolui de forma consciente. Enquanto o sistema da integração focalizava o indivíduo, o sistema da inclusão voltava-se para a escola e o sistema educacional em que ela está inserida. Isto poderia ser feito por meio de inserção da disciplina de Libras no currículo escolar dos alunos, desde o 1º ano do Ensino Fundamental, quer sejam surdos ou não.

Como bem sabemos, a educação do surdo apresentou diferentes concepções ao longo da história. Nunes (2015) afirma que desde a oralização ortodoxa que buscava impedir qualquer gesto ou sinal à defesa da língua de sinais como natural do surdo, diversas propostas práticas fizeram e fazem parte do cotidiano dos surdos nas escolas e nas instituições especializadas.

Em relação ao contexto nacional o Brasil obteve um avanço importante no processo de educação inclusiva com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que afirma que a luta pela inclusão das pessoas com deficiência é fortalecida no mundo todo, deixando para trás a história de séculos de descaso e discriminação em relação às suas necessidades diferenciadas. (Pires et al., 2011). E após anos de retrocesso, (Souza et al. 2023) afirma que, agora em 2023, com a nova gestão do governo Lula, que já teve como uma de suas primeiras ações a revogação do decreto de retrocesso e o retorno da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão -SECADI, ensejamos pelo (re)estabelecimento dos ganhos que julgávamos conquistados e foram assolados durante o governo anterior.

Desta forma, o objeto de estudo do presente artigo é debater a polêmica educação do surdo e a inclusão dos ouvintes no contexto escolar. Para tanto, julgamos necessário explicitar a concepção de surdo ou não ouvinte que utilizamos, para avançar, ainda que brevemente, nas propostas educacionais para surdez, contribuindo para se pensar nos limites e alcances da educação especial inclusiva para alunos surdos, bem como na possibilidade da educação bilíngue (Português-Libras) nas escolas.

Da literatura empregada pode-se citar: (Moura, 2000; Sacks, 1998; Mendes et al. 2015; Betim, 2013; Nunes et al. 2015) como aportes básicos para a construção do texto.

Nessa perspectiva, buscou-se analisar a problemática desta pesquisa em questão: Em que consiste o papel do professor no processo de ensino de Libras nas escolas públicas?

Nesse sentido, a hipótese que norteou a pesquisa foi formulada no seguinte termo: O professor e a oferta do ensino de Libras nas escolas como meio de inclusão e socialização entre ouvintes e não ouvintes. Desse modo, o estudo tem como objetivo: identificar, analisar e descrever como se dá a inclusão de ouvintes e não ouvintes pelo professor na educação especial inclusiva nas escolas públicas de Manaus.

2. Referencial Teórico

2.1 Aspectos da surdez

De acordo com (Nunes, 2015, p. 3) “A surdez é uma alteração no sistema auditivo e/ou nas vias auditivas que reduz ou impede o acesso aos estímulos sonoros”. Assim, tal alteração dependerá da localização da perda (ouvido médio, interno, unilateral, bilateral etc.); do momento da perda (antes ou depois da aquisição da linguagem, o que recebe o nome de surdez pré ou pós-linguística); e da intensidade da perda (leve, moderada, severa ou profunda).

Para (Brito, 2010), o termo "surdo" e "surdez" são preferidos por nós por considerarmos que "deficiente auditivo" e "deficiência auditiva" são termos que escondem preconceitos com relação às pessoas surdas, cuja falta de audição levou-as a desenvolverem habilidades específicas como, por exemplo, uma língua gestual -visual.

Para Moraes (2023) Historicamente, os estudantes com deficiência foram excluídos do sistema educacional comum. A luta dos movimentos das pessoas com deficiência foi alterando os contextos e paradigmas em torno da atenção dada a esse grupo, partiu da total exclusão do contexto social, passando para uma condição de segregação até iniciar a integração social e, hoje, a inclusão. (Moraes, 2023, p.13).

Deste modo, os surdos ou não ouvintes apresentam um impedimento de ordem biológica na captação dos sons da fala das línguas orais. Este impedimento dificulta a percepção e distinção fonêmicas que prejudicam a compreensão dos significados. Desta forma, se criou, pois, para os surdos, a necessidade de um outro "meio" para a realização de suas comunicações linguísticas, a Língua de Sinais (LIBRAS).

2.2 A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi instituída pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e desde então reconhecida como sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria para a transmissão de ideias e fatos, ou seja, um meio de comunicação, assim como as demais línguas orais. É a língua natural usada pelas comunidades surdas brasileiras para se comunicar.

Os estudos sobre a Língua Brasileira de Sinais foram iniciados no Brasil em 1981. Desde então, os surdos que nascem no país têm utilizado a Libras. Essa língua é diferente do português, pois, carregam estruturas diferenciadas. Mas foi somente em 2002, por meio da Lei nº 10.436, que a Libras passou a ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão. A regulamentação ocorreu em 2005, quando um decreto presidencial incluiu, entre suas determinações, a inserção da Língua Brasileira de Sinais como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior. O decreto prevê, ainda, que as Libras sejam ensinadas na educação básica e em universidades por docentes com graduação específica de licenciatura plena em letras.

Um documento publicado pelo Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos do Ministério da Educação, em 2004, sobre a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa, evidencia que, como em qualquer língua falada:

“A fonologia é organizada baseada em um número restrigido de sons que podem ser combinados em sucessões para formar uma unidade maior, ou seja, a palavra. Nas línguas de sinais, as configurações de mãos, juntamente com as localizações em que os sinais são produzidos, os movimentos e as direções, são as unidades menores que formam as palavras” (Brasil, 1997).

O sistema de libras é considerado pelas comunidades surdas como sua língua materna - a primeira, antes mesmo do idioma nativo. Diferentemente do que muita gente pensa, não se trata de uma linguagem composta apenas por gestos e mímicas, mas apresenta uma série de palavras, sinais e expressões que formam uma estrutura própria gramatical e semântica. É um meio de comunicação e interação social que abre as portas para oportunidades pessoais e profissionais.

Para (Brito, 2010, p. 2), “O desenvolvimento linguístico através de uma modalidade gestual-visual leva ao surgimento de uma língua diferente da língua oral falada pela comunidade ouvinte que circunda os surdos”. Desse modo, esse novo código linguístico facilita a comunicação e interação entre os próprios surdos assim como também não ouvinte e ouvintes que aprendem essa língua.

Nessa mesma perspectiva, (Moura, 2000, p. 60), afirma que, torna-se essencial a vida de um surdo que faz uso da língua de sinais para se comunicar, principalmente quando ele pode se ver e ser visto como um sujeito com capacidades, habilidades e possibilidades de ser e vir a ser e, que pode ter o seu papel de ser social totalmente desempenhado na sociedade que está inserido.

Gauquelin (2023) Acredita que as dificuldades docentes para inclusão escolar do surdo no ensino médio são os diversos impedimentos ou obstáculos que enfrentamos educadores no exercício do seu trabalho docente os quais tornam difícil a realização adequada das suas tarefas educativas com a pessoa que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Nesse sentido, com a utilização de sua língua natural, a língua de sinais, o surdo consegue mostrar que é capaz de pensar, aprender, interagir com o seu meio, exercer a sua cidadania. Entretanto, é necessário que a parcela da comunidade ouvinte mude o seu olhar e se sensibilize com relação ao não ouvinte. Nesse aspecto, o bilinguismo na língua de sinais e no português escrito configura-se como uma espécie de chave para aproximar pessoas de dois mundos que não se integram por não dominarem os códigos da comunicação linguística.

3. Materiais e Métodos

As metodologias empregadas foram abordagem qualitativa e bibliográfica. A opção por essa metodologia deu-se pelo fato de explicar um problema a partir de referências já publicadas sobre o assunto, de acordo com Gil (2002). A partir do levantamento proposto por Gil (2002), obteve-se o “conhecimento direto da realidade; geração dos dados, por meio de análise descritiva”.

Assumindo também, a definição de Neves, que afirma que:

A expressão “pesquisa qualitativa” assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social. (Neves, 1996, p.1).

Os dados foram coletados por meio de levantamento de informações junto a Secretaria Municipal de Educação e de professores de Libras no período de maio a setembro de 2022.

Para estudar e analisar o referido tema foram realizadas também observações em sala de aula, nas aulas de Libras. As observações foram realizadas com três professores (03) do Ensino Fundamental. Após o levantamento das informações foi

adotado o método de análise de conteúdos visando articular os dados coletados com a literatura científica existente na área da temática estudada.

3.1 Contexto, local e sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no Município de Manaus, Amazonas, o qual atende a 437.314 mil alunos matriculados em 2022, em 499 unidades da Rede Municipal de Ensino. Dentre esses número de alunos, 1.212 alunos estão matriculados em 115 turmas de Educação Especial, distribuídas em 45 unidades de ensino da Rede Municipal de Ensino.

Dessas 115 turmas, 50 são da Escola Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo, localizada no bairro Parque Dez de Novembro, na Zona Centro-Sul de Manaus, a qual atende a 453 alunos nos três turnos. A SEMED também tem ainda 3.417 alunos especiais inclusos em turmas regulares, em escolas de todas as zonas de Manaus, inclusive na zona Rural.

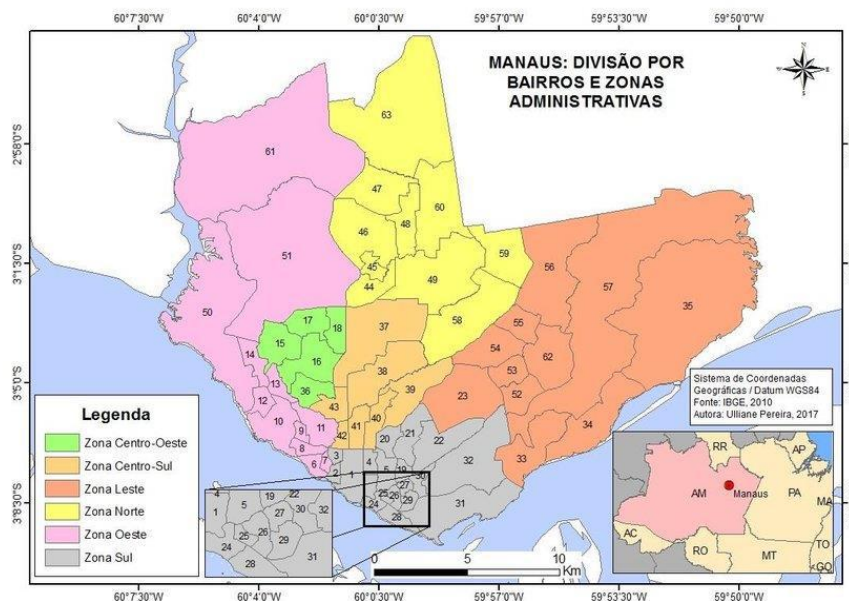
O Município de Manaus localiza-se na confluência dos rios Negro e Solimões, na região Norte, com uma área territorial de 11.401,092 Km², o município de Manaus tem uma população estimada pelo IBGE de 2022, em 2.063.547 habitantes, sendo o 7º município mais populoso do Brasil. Possui uma densidade demográfica de 181,00 hab/km² e a maior parte de sua população está concentrada no perímetro urbano, num total de 99,3% dos habitantes e, em zona rural, apenas 0,7%.

Sua fundação tem suas origens voltadas ao ano 1669, com a construção do Forte São José da Barra. Em torno desse forte, nasceu o arraial que deu origem ao município de Manaus, cujo nome é uma homenagem à etnia manáú ou manáos, indígenas que habitavam por essa área. Manaus se tornou a capital do Amazonas, cidade histórica e portuária, localizada no centro da maior floresta tropical do mundo, a “Selva Amazônica”.

Com a expansão colonial portuguesa, o município de Manaus se desenvolveu, e, a partir de 1870, viveu o surto da economia gomífera, encerrando-se em 1913, em virtude da perda do mercado mundial para a borracha asiática. Consequentemente, a cidade retornou a um novo período de isolamento que perdurou até o advento da Zona Franca de Manaus, em 1970. A partir daí o município se transformou em um dos parques industriais mais importantes de todo o Brasil, com uma área de livre comércio, onde estão abrigadas algumas das maiores e mais importantes empresas do ramo de transportes e comunicações, além de polos biotecnológicos, petroquímicos, centros comerciais e intensa atividade portuária. Manaus atualmente é a maior cidade do Norte do Brasil, tendo sido passada à categoria de cidade metropolitana em 2010.

Destaca-se pelo seu patrimônio arquitetônico e cultural, com numerosos templos, palácios, museus, teatros, bibliotecas, escolas e universidades, além de suas belezas naturais, rodeada de amplas zonas verdes, parques, jardins, hortas, praias fluviais e o fenômeno do encontro das águas entre o rio Negro e o rio Solimões, onde as águas não se misturam devido à diferença de temperatura, densidade e velocidade entre ambos os rios. Dentre os seus principais prédios históricos pode-se citar o “Mercado Municipal Adolpho Lisboa”, inaugurado em 1882; a “Igreja de São Sebastião”, construída no ano de 1888; o “Palácio Rio Negro”, antiga sede do governo, fundado em 1911; o “Palacete Provincial”, inaugurado em 1875; o Centro Cultural Palácio da Justiça, inaugurado em 1900 e o “Teatro Amazonas”, inaugurado em 1896, sede de espetáculos nacionais e internacionais, considerado como o principal cartão postal de Manaus. Trata-se de arquiteturas remanescentes do período áureo da borracha, entre o final do século XIX e início do século XX, fruto das riquezas produzidas pela economia do látex em Manaus, que se tornou o centro de comercialização desse produto para o mundo. (Ver Figura 1):

Figura 1 - Mapa do município de Manaus.



Fonte: Pereira e Aleixo (2018).

O Município de Manaus, de acordo com os dados da Secretaria Municipal de Educação possui um quantitativo de 438.529 mil alunos matriculados no período de 2020, conforme mostra o Quadro 1:

Quadro 1 - Divisão dos alunos por modalidade de ensino.

Modalidade	Nº de alunos	Total
Educação Infantil	64.707	438.529
1º ao 5º Ano	186.465	
6º ao 9º ano	144.645	
EJA	38.080	
Educação Especial	4.629	

Fonte: Secretaria Municipal de Ensino (Semed, 2020).

Conforme se pode observar no Quadro 1,14, (75%) dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Manaus estão matriculados na modalidade de Educação Infantil; 42(52%) matriculados no 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I; 32, (98%) no 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II; 8,0 (68%) na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e 1, (0,6%) na modalidade de Educação Especial.

3.1.1 Universo e amostra

Na Tabela 1, apresentada a seguir estão detalhados a população de professores e alunos matriculados na modalidade especial, no município de Manaus/AM.

Tabela 1 - População pesquisada e índice de amostragem.

	Alunos	
	Fn	F%
População	4.629	100%
Amostragem	1	2,16%
	Professores	
	Fn	F%
População	158	100%
Amostragem	3	1,9%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2020).

Conforme se demonstra na Tabela 1, o número de alunos da modalidade Educação Especial são quatro mil seiscentos e vinte nove alunos, os quais representam 2,16% de um universo de 438.529 alunos matriculados em 2020 na Rede Municipal de Ensino de Manaus. Já os professores que trabalham na modalidade de ensino Educação Especial, totalizam 158 profissionais.

4. Resultados e Discussões

Neste capítulo apresentamos os dados referentes ao corpus constituído e as interpretações qualitativas. Iniciamos com as análises de dados do perfil dos alunos e em seguida, tratamos dos dados coletados com base nos objetivos propostos.

No Quadro 2, podemos observar como os alunos estão distribuídos na modalidade de Educação especial no município.

Quadro 2 - Perfil dos alunos da educação especial.

Educação Especial	Nível de ensino	Nº de alunos
	1º ao 5º ano	2.832
6º ao 9º ano	1.797	

Fonte: Secretaria Municipal de Ensino (Semed, 2020).

Conforme se observa no Quadro 2, dos 4.629 alunos da modalidade de Educação Especial, 2.832, 61,17% estão cursando o 1º ao 5º ano; 1797, 38,82% estão no 6º ao 9º ano. Dentre esse grupo, 1.212 alunos estão matriculados em 115 turmas de Educação Especial, distribuídas em 45 unidades de ensino da rede municipal. Dessas 115, 50 turmas são da Escola Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo, localizada no bairro Parque Dez de Novembro, na Zona Centro-Sul de Manaus, a qual atende a 453 alunos nos três turnos. Os demais, 3.417 alunos especiais foram incluídos em turmas regulares, em escolas de todas as zonas de Manaus, inclusive na zona Rural.

Os dados da pesquisa mostram também que, o número de alunos da modalidade de Educação Especial representa apenas 1,06%, de um universo de 438.529 alunos da Rede Pública Municipal de Ensino. Dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, no Brasil, cerca de 2,2 milhões de alunos têm deficiência auditiva em situação severa; e, entre estes, 344,2 mil são surdos.

Desse modo, como se pode observar, o número de alunos surdos nas escolas públicas de Manaus é considerado baixo, haja vista que, segundo uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, identificou oitenta (80) mil pessoas surdas em Manaus, e em todo Estado do Amazonas cento e vinte (120) mil.

Segundo três professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Manaus, os quais denominamos de A, B e C, nos informaram que a Secretaria Municipal de Educação trabalha para fazer a inclusão dos surdos também nas escolas regulares, onde cerca de 3.417 alunos com surdez estão matriculados. Entretanto, segundo esses professores o ideal seria também que os alunos ouvintes das escolas regulares estudassem Libras para poderem interagir com os alunos não ouvintes (surdos) que foram

inclusos nessas instituições de ensino. Assim como, também todos os profissionais da educação tivessem formação na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Os próprios alunos observados no período desta pesquisa também coadunam com a mesmas ideias dos professores, pois, segundo esse grupo de estudantes não basta somente os professores de Libras e os alunos surdos saberem a língua de sinais, é preciso que os demais que estudam e/ou trabalham na mesma instituição também aprendam Libras para que possam interagir entre eles.

Desta forma, de fato haveria inclusão social na sua totalidade. Nunes (2015) ressalta que, a defesa pura e simples da educação bilíngue para o surdo não resolve a questão se, conjuntamente, não pensarmos em políticas públicas que contemplem a língua de sinais nos mais diversos espaços sociais. Nesta perspectiva, é necessário que se tenha nas escolas públicas a disciplina de Libras, mesmo que seja de forma facultativa. Pois assim, haveria a possibilidade de inclusão social e maior interação entre ouvintes e não ouvintes (surdos).

Para Mendes (2015), a inclusão não pode ser concebida como mera inserção, alocação, integração do aluno surdo no espaço escolar, mas como aquela que atente à diversidade e contemple conhecimentos sobre as especificidades de todos os alunos.

Nesse sentido, uma escola municipal de Educação Infantil, conhecida como Paraíso da Criança, em Horizontina (RS) deu o primeiro passo rumo a inclusão e formação específica na língua brasileira de sinais (LIBRAS), por meio do ensino do conteúdo curricular da pré-escola. Nessa instituição foi implantado o projeto de educação bilíngue português-libras para ensinar as crianças de 4 e 5 anos a usar as mãozinhas para reproduzir o alfabeto gestual (Libras) e, assim, interagir com os demais colegas da escola. Assim, acreditamos que a ideia promovida pela escola Paraíso da Criança é um exemplo a ser seguido em toda a Rede Municipal de Ensino de Manaus, pois assim, a inclusão se daria dos dois lados: ouvintes e não ouvintes.

5. Considerações Finais

O Município de Manaus ainda possui desempenho abaixo do esperado na educação especial e inclusiva, segundo os dados do Anuário Brasileiro de Educação 2017. Os números apontam que houve uma pequena melhora, mas, ainda assim, não atingiu a meta. Em 2014, 76,1% de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação haviam sido matriculados, enquanto que em 2015 a adesão aumentou para 78,7%. A média nacional foi de 80,7%. Apesar do pequeno avanço, pais e professores afirmam que ainda há um caminho longo a ser vencido e superado.

Ainda com relação à educação inclusiva, o Plano Nacional de Educação (PNE) tem como meta universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino, como já vem sendo feito nas escolas públicas de Manaus.

Mas percebemos que os avanços na educação inclusiva ainda precisam “voar mais alto”. Em primeiro lugar, qualificar e requalificar os profissionais da educação na língua de sinais, pois não há muitos profissionais especializados em Libras nas escolas públicas e, enquanto isso, os alunos ficam sem aula. Assim, com esse déficit de profissionais prejudica alunos.

Em relação a esses aspectos, Rocha (2017) afirma que A formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva, pois dá aos profissionais a possibilidade de (re)pensar o ato educativo e analisar a prática docente, com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva e atender ao princípio de aceitação das diferenças, valorizando o outro.

Dessa forma, para responder aos objetivos e as hipóteses suscitadas sobre a oferta do ensino em modalidade de Educação Especial, principalmente de Libras nas escolas, como meio de inclusão e socialização entre ouvintes e não ouvintes, bem como, a inclusão destes nas escolas públicas de Manaus, este estudo mostra que somente há a inclusão dos não ouvintes. Todavia, se

observou também que há a necessidade da inclusão dos ouvintes, fazendo o caminho inverso, pois só assim, de fato, se consolidaria a chamada inclusão social no ambiente escolar e fora dele.

Em relação ao futuro, espera-se que esses sujeitos sejam e estejam realmente amparados pelas leis que os asseguram direitos básicos a educação, assim como qualquer outro cidadão. Agora, vivemos em um cenário cheio de novas perspectivas em relação a inclusão, onde começamos a vislumbrar uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

- Adams, F. W., Faria, D. M., & Rodrigues, R. P. (2020). A relevância da formação continuada na perspectiva da educação especial para professores de Ciências. *Research, society and development*, 9(8), e182985430-e182985430.
- Betim, A. C. & Papi, S. (2013). O papel do professor diante da inclusão de um aluno surdo. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE.
- Brasil, S. d. E. E. (1977). Educação Especial Língua Brasileira de Sinais (série Atualidades Pedagógicas, n. 4).
- Brasil. (2002). Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.
- Brito, L. F. (2010). *Por uma gramática de línguas de sinais*. (2nd ed.). TB - Edições Tempo Brasileiro. <https://bds.unb.br/handle/123456789/951>.
- Gauquelin, E. M. G. (2023). Dificuldades docentes para a inclusão escolar de alunos surdos no ensino médio da Escola Pública Estadual no Município de Macapá, Brasil. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, 7, 153-161.
- Gil, A. C. (2002). Como classificar as pesquisas. *Como elaborar projetos de pesquisa*, 4(1), 44-45. Editora Atlas, São Paulo.
- IBGE. (2022). Censo Demográfico. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Brasília.
- Mendes, A. Q. S., Figueredo, F., & Ribeiro, A. C. (2015). Inclusão de alunos surdos na escola regular: aspectos linguísticos e pedagógicos. *Revista de Iniciação Científica- RIC. Cairu*, 2(02), 33-46.
- Morais, A. S. D. S. (2023). A educação inclusiva em uma escola da rede municipal de Manaus: desafios e percepções na sala de aula. Retrieved from: <http://rii.ufam.edu.br/handle/prefix/6854>.
- Moreira, A. D. S. M., Novelo, D. C., Candido, L., Brunhoroto, S. F., Pacobello, L., & Jacomini, M. L. (2022). Educação especial e inclusão. Fundação de Ensino Octávio Bastos. Projetos Integrados (PI), Research Report. <http://ibict.unifeob.edu.br:8080/jspui/handle/prefix/3678>.
- Moura, M. C. (2000). *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Revinter.
- Neves, J. L. (1996). Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades, *Caderno de pesquisas em administração*.
- Nunes, S. D. S., Saia, A. L., Silva, L. J., & Mimessi, S. D. A. (2015). Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues? *Psicologia Escolar e Educacional*, 19, 537-545.
- Pires, E., Sanches, A., & Torres, W. (2011). Dificuldades dos portadores de necessidades especiais na inclusão educacional. *Encontro das Licenciaturas da Uneal e Seminários do PIBID. Unittins*.
- Rocha, A. B. (2017). O papel do professor na educação inclusiva. *Ensaio Pedagógicos*, 7(2).
- Sacks, O. (2010). *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Editora Companhia das Letras.
- SEMED. Departamento de Ensino Fundamental. (2020). Setor de matrículas. Manaus.
- Silva, V. C., Oliveira, K. S., Carneiro, F. S. V. & Amorim, C. M. F. G. (2019). O papel do Professor na Educação Inclusiva de Alunos Surdos no Ensino Médio. *Research, Society and Development*. 9 (1), e90911480. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i1.1480>.
- Sousa, F. M. B. de ., Lustosa, F. G. ., Felipe, K. de F. ., & Silva, M. S. da . (2023). Políticas e práticas governamentais em defesa dos direitos educacionais das pessoas com deficiência – avanços e retrocessos ao longo dos séculos XX e XXI. *Research, Society and Development*, 12(2), e0512239444. <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i2.39444>.